



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

88
10

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0142203-3

APELANTE: Município de Ibimirim

APELADO: José Gildo Henrique de Araújo

RELATOR: Des. Francisco Bandeira de Mello

EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL EM EMBARGOS À EXECUÇÃO (DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL) CONTRA A FAZENDA PÚBLICA. HIGIDEZ DA PRETENSÃO EXECUTIVA. PRECEDENTE. RECURSO IMPROVIDO. **1.** No caso, o Município executado/embargante questiona a liquidez e certeza do título que se pretende executar, alegando, em suma, que os documentos juntados com o escopo de respaldar a execução não estariam subscritos e rubricados por servidores municipais devidamente identificados e com competência para tanto. **2.** Nada obstante, há nos autos documentos idôneos a embasar o processo de execução, destacando-se o contrato de locação (de caminhão pipa) firmado com o Município, bem assim as comunicações internas entre órgãos do ente público, acompanhadas de planilhas descritivas dos roteiros previstos, número de viagens realizadas, quilometragem percorrida e valor total devido. Precedente deste colegiado, em caso análogo envolvendo o Município de Ibimirim. **3.** Apelo improvido, à unanimidade dos votos.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos da Apelação Cível nº 0142203-3, acima referenciada, acordam os Desembargadores integrantes da 2ª Câmara de Direito Público deste Tribunal de Justiça, à unanimidade, em negar-lhe provimento, nos termos do voto do Relator, que integra o acórdão.

Recife, 18 de junho de 2014 (data do julgamento).


Des. Francisco Bandeira de Mello
Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0142203-3
APELANTE: Município de Ibimirim
APELADO: José Gildo Henrique de Araújo
RELATOR: Des. Francisco Bandeira de Mello

RELATÓRIO

Trata-se de **apelação cível** interposta pelo **Município de Ibimirim** em face de sentença proferida pelo Juízo da Vara Única da Comarca de Ibimirim, que, nos autos dos **Embargos à Execução** (de título extrajudicial) NPU 0000171-66.2006.8.17.0690, julgou improcedente a pretensão ali deduzida (fl. 53).

Inconformado, o apelante alega, em suma, a inexistência de liquidez e certeza no título que se pretende executar, especialmente porque os documentos juntados com o escopo de respaldar a execução não estariam subscritos e rubricados por servidores municipais devidamente identificados e com competência para tanto.


Contra-razões às fls. 64/65, pelo desprovimento da apelação.

A douta Procuradoria de Justiça opina pelo improvimento do apelo.

É o breve relatório.

Inclua-se em pauta, para julgamento oportuno.

Recife, 03 de junho de 2014.


Des. Francisco Bandeira de Mello
Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

89
so

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0142203-3
APELANTE: Município de Ibimirim
APELADO: José Gildo Henrique de Araújo
RELATOR: Des. Francisco Bandeira de Mello

VOTO

Na espécie, o exequente/embargado ajuizou o processo de execução subjacente com o propósito de exigir o pagamento de valores concernentes à locação de caminhão pipa destinado ao abastecimento d'água do Município de Ibimirim.

Nesse passo, o exequente apresentou o contrato firmado com o executado, bem assim comunicações internas entre órgãos do Município e planilhas com o demonstrativo dos roteiros previstos, com o número de viagens realizadas, a quilometragem percorrida e o valor total devido (o Município obrigou-se a pagar R\$ 0,97 por quilômetro rodado), tudo em relação aos meses de setembro e outubro de 2004 (cf. fls. 11/18, do apenso).

Pois bem.

No caso, considero suficiente a documentação acostada ao processo executivo.

Com efeito, além do contrato de locação, o exequente juntou aos autos duas comunicações internas do Município de Ibimirim, ambas emitidas pelo setor de Supervisão de Recursos Hídricos em direção ao Secretário de Finanças do Município.

A primeira delas, datada de 07/10/2004 (e recebida pelo órgão de destino em 08/10/2004), dá conta de que as pessoas nela mencionadas (dentre elas o exequente) trabalharam fazendo o abastecimento d'água na zona rural do Município, no mês de setembro de 2004, em conformidade com os roteiros ali anexados. A alegação – não comprovada pelo Município executado/embargante – de que essa comunicação estaria assinada por servidor afastado de suas funções por força da legislação eleitoral (pois, supostamente, concorrente ao pleito eleitoral ocorrido naquele ano) não corporifica, por si só, argumento idôneo para infirmar a veracidade das informações nela contidas.

A segunda das comunicações em referência, datada de 25/10/2004 (e recebida naquele mesmo dia pelo órgão de destino), dá conta de que as pessoas nela mencionadas (dentre elas o exequente) trabalharam fazendo o abastecimento d'água na zona rural do Município, no mês de outubro de 2004, em conformidade

W



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

do
P

com os roteiros ali anexados. Dito documento está assinado tanto pelo servidor emitente quanto pelo responsável pelo seu recebimento, muito embora não se tenham identificado com os seus nomes por extenso e as respectivas matrículas.

Parece-me, todavia, que essa circunstância, isoladamente considerada, também não se presta a invalidar o aludido documento, especialmente porque o Município embargante (que não suscitou a falsidade da comunicação, mas apenas a existência de irregularidade de ordem formal) possui condições de identificar os servidores que o subscreveram.

Quanto às planilhas anexadas a tais comunicações (cujo teor identifica percurso, número de viagens, quilometragem percorrida e total devido), penso que, apesar de não estarem assinadas e/ou rubricadas, também consubstanciam documentos suficientes a demonstrar a existência do crédito exequendo, sobretudo por integrarem (ainda que na condição de "anexos") as aludidas comunicações, confeccionados sob o nome, marca e *slogan* do Município.

Por fim, saliento que este colegiado já teve oportunidade de enfrentar caso análogo, envolvendo o Município de Ibimirim e Gilson Geraldo R. Albuquerque (o qual, ao que tudo indica, firmou contrato de locação similar com o Município, estando expressamente referido naquelas comunicações internas, cf. fls. 14 e 16), ficando reconhecida a higidez da pretensão executiva manejada contra o Município, *verbis*:

"EMENTA: TRIBUTÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS À EXECUÇÃO. TEMPESTIVIDADE. O PRAZO DO ART. 730 DO CPC FOI ALTERADO PELA MP Nº 2.180-35/01. INSUBSISTÊNCIA DAS ALEGAÇÕES DE FALTA DE LIQUIDEZ E CERTEZA DO TÍTULO EXECUTIVO EXTRAJUDICIAL. REGULAR COMPROVAÇÃO DA EFETIVA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO. (...) 3. No mérito, vislumbro mostrarem-se insubsistentes as alegações de falta de certeza e liquidez do título, uma vez que, conforme exigência estabelecida em entendimento consolidado nesta Corte local de Justiça, restou comprovado, além do processamento do empenho, que o serviço foi efetivamente prestado pelo contratado, razão pela qual não se consideram vulnerados os arts. 568, I; 583; 586 e 618 do CPC. 4. Recurso parcialmente provido por unanimidade."
(Apelação Cível nº 0143351-8, 8ª Câmara Cível – atual 2ª Câmara de Direito Público –, Rel. Des. Ricardo Paes Barreto, julgamento em 04/06/2009).

Ante o exposto, **nego provimento ao apelo.**

Recife, 1ª de Junho de 2014.

Des. Francisco Bandeira de Mello
Relator